

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense n.º 33, a secção dedicada aos trabalhos de INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA é composta por dez artigos que foram selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”.

Apresentamos também e destacamos, depois dos trabalhos de investigação científica, uma HOMENAGEM ao ilustre e saudoso Professor Doutor José Eduardo Lima Pinto da Costa, da autoria de Ana Patrícia FREITAS, Maria José Carneiro de Sousa PINTO DA COSTA e Amélia Assunção Beira RICON FERRAZ, intitulada *Memórias Vivas de um Legado Eterno: Professor Doutor José Eduardo Lima Pinto da Costa*.

Passemos, então, a apresentar sumariamente cada um dos dez artigos que compõem a “Investigação Científica” do presente número da Revista Jurídica.

No artigo intitulado *O conceito de casamento sob as leis da Ucrânia e dos Estados Membros da UE (Croácia, Alemanha, Polónia)*, Anatoliy KOSTRUBA e Alla V. ZELISKO partem da premissa que o casamento é extremamente importante para a humanidade e apresentam um estudo sobre o conceito de casamento na legislação de vários países, identificam semelhanças e diferenças e procuram formular uma melhor definição de casamento.

Seguem-se dois artigos sobre questões de direito tributário. No primeiro, Carlos Henrique MACHADO, João Ricardo CATARINO e Susana SOBRAL, sob o título *Marco Teórico do Modelo Multiportas no Direito Tributário Brasileiro: Arbitragem, Mediação, Conciliação e Transação*, verificam que o aparato normativo legitimador do modelo plurijurisdicional tem avançado sensivelmente nos últimos anos, mas falta um marco jurídico-teórico bem definido a respeito da internalização dos institutos de ascendência privada nos redutos do direito tributário, o que acarreta dificuldades na prevenção e resolução de conflitos. Assim, os autores analisam as conquistas normativas alcançadas ao longo da

última década, propondo uma avaliação crítica acerca dos méritos e dos percalços dessa nova realidade.

No segundo, Daniel TABORDA, António MARTINS, sob o título *As isenções em IRC das atividades exercidas pelas entidades do setor não lucrativo*, apresentam um estudo sobre os rendimentos das entidades do setor não lucrativo e as isenções fiscais, em que verificam que a delimitação do espaço de isenção definido nos artigos 10.º e 11.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas tem sido objeto de diversas interpretações vinculativas por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira e de decisões judiciais.

Segue-se um artigo da autoria de Fátima PACHECO e Isabel BALTAZAR, intitulado *Proteger e acolher: breves considerações sobre as formas de protecção internacional na União Europeia - uma perspectiva interdisciplinar*, em que as autoras levam a cabo um estudo sobre o conteúdo do direito à proteção internacional de refugiados contra situações de violação generalizada dos direitos humanos e de perseguição individual e severa. As autoras salientam as insuficiências e apresentando as respostas que a União tem criado para realizar este desiderato.

Por outro lado, James F. ALBRECHT e Gonçalo S. de MELO BANDEIRA, com o artigo intitulado *Desvio Policial e Corrupção nos Estados Unidos e em Portugal: Identificando Tendências Criminológicas e Explicações Teóricas*, analisam as teorias sociológicas associadas ao desvio policial e as tendências e padrões relacionados, experimentados nos Estados Unidos e em Portugal. Estabelecem uma tipologia clara para o desvio policial, identificam as categorias específicas de má conduta e apresentam recomendações práticas detalhadas para melhorar a conduta ética e o profissionalismo no campo crítico do policiamento público.

Por seu turno, com o artigo intitulado *O regime da insolvência de pessoas singulares com as alterações introduzidas pela Lei n.º 9/2022, de 11 de janeiro*, Letícia Marques COSTA analisa a Lei n.º 9/2022, de 11 de janeiro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de

junho e que veio proceder a diversas alterações na lei insolvencial, nomeadamente naquilo que diz respeito ao regime da insolvência de pessoas singulares, inclusive para aqueles que detenham a qualidade de empresários e que venham a ser declarados insolventes.

Já Manuel LOPES, com o artigo *A natureza da pena de multa e a sua aplicabilidade às pessoas coletivas e entidades equiparadas*, considera que a crise do sistema penatário e a autonomia do património fortaleceram a pena de multa.

Segue-se, ainda, o artigo de Miguel Régio de ALMEIDA, intitulado *Friedrich Engels e Teoria(s) Feminista(s) do Direito: um passo atrás, dois em frente*, de índole especialmente pedagógico, em que o autor recorda o contributo teórico de um pensador essencial para qualquer interessado/a na relação entre Direito e Feminismo: Friedrich Engels. Considera o autor que nenhum jurista consciente da desigualdade de género inata ao mundo androcêntrico da juridicidade deve ignorar os contributos deste precursor dos Estudos Críticos do Direito.

Já os autores Olha B. OLIYNYK, Aliona S. ROMANOVA, Ihor M. KOVAL, Olena L. CHORNOBAI e Svitlana O. POLIARUSH-SAFRONENKO, com o artigo *Proteção de Dados Pessoais no Contexto dos Direitos Humanos: Experiência e Relevância das Decisões do TEDH*, apresentam um estudo sobre a questão dos dados pessoais sob o prisma dos direitos humanos e sua proteção nos termos do artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. É feita uma análise da experiência do TEDH e a relevância das suas decisões no âmbito da proteção de dados pessoais, levando os autores a procurar um mecanismo universal para regular o acesso aos dados pessoais e a sugerir um conjunto de medidas.

Para finalizar a secção “Investigação Científica”, na *Investigação da cena do crime envolvendo o Serviço de Perícias do Ministério da Administração Interna e a Polícia: Questões Seleccionadas*, Volodymyr ATAMANCHUK, Oleh KRAVCHUK, Yurii CHECHIL, Lesia TALIANCHUK e Vasyl HOLOBOTOVSKYI estabelecem as principais características da interação e participação conjunta de especialistas da Polícia Nacional da Ucrânia e do Serviço de Peritos do

Ministério de Assuntos Internos da Ucrânia, na implementação de uma ação investigativa, e indicam a forma como funciona esta interação bem como os problemas que daí decorrem.

Como sempre, estamos reconhecidamente gratos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A Editora Geral

Mónica Martinez de Campos

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt